



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1502344-35.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - ISS/ Imposto sobre Serviços**  
 Exequente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**  
 Executado: **Gas Brasileiro Distribuidora Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de execução fiscal proposta pela **Fazenda do Município de São Carlos** contra **Gás Brasileiro Distribuidora Ltda**, para cobrança de débito decorrente de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), referente ao exercício de 2014, no valor de R\$1.139,49.

A executada manifestou-se às fls. 09/14. Aduz que, durante a tramitação desta execução, sobreveio decisão no Processo Administrativo nº 32283/2017 cancelando o crédito tributário executado. Pugnou pela extinção da presente execução, nos termos do art. 924, do CPC, bem como pela condenação da exequente no pagamento de honorários sucumbenciais e multa por litigância de má-fé.

Manifestação do exequente às fls. 53/54.

**É o breve relatório. Decido.**

Os documentos encaminhados aos autos comprovam que o crédito tributário cobrado nesta execução foi cancelado administrativamente (fls. 35/37).

Assim, com fundamento no inciso III, do artigo 924, do Código de Processo Civil c.c. artigo 26 da Lei de Execução Fiscal nº 6830/80, JULGO EXTINTA a presente execução fiscal, declarando insubsistente eventual penhora.

Determino a expedição de mandado de levantamento em favor da executada do valor depositado às fls. 50/51. Providencie a serventia o necessário.

Deixo de atribuir as consequências da sucumbência à exequente, porque o equívoco na guia não decorreu de ato do Município e, uma vez por este confirmado, houve o seu cancelamento, que ocorreu após o ajuizamento da execução.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Deixo, ainda, de aplicar à exceção a penalidade da litigância de má-fé, pois não se verifica a hipótese de sua ocorrência.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as anotações necessárias.

P.I.

São Carlos, 29 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**